

Autoridade compartilhada: o que fazer em história pública

Vanderlei AMBONI¹

Resumo: O presente texto traz como referência a autoridade compartilhada no processo de escrita da história pública, na qual está presente a memória e a experiência existencial do homem em sua comunidade e formas de comunicação entre si e com o público. Nosso objetivo é demonstrar que o homem é um ser público que vive e se comunica com um determinado público, em espaços públicos ou privados. Para este fim, analisamos historiadores públicos que refletiram sobre a história pública em seu desenvolvimento como um tipo singular de fazer história, que traz o público com centralidade no *modus operandi* de ser, as formas de autoridade e modos de difusão para o público. O resultado traz elementos reflexivos sobre o *quefazer* em história pública, cuja presença da autoridade e o compartilhamento por meio da escrita e debates se fazem presentes na história pública cada vez mais popularizada pelos meios digitais de divulgação.

Palavras-chave: Que fazer, História pública, Autoridade compartilhada.

¹Graduado em Ciências de 1 Grau, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari e História, pela Universidade Estadual de Maringá. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Doutor em Educação, pela Universidade Federal de São Carlos. UNESPAR. Paranavaí. PR. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7698-4064>
E-mail: vanderlei.amboni@unespar.edu.br

Shared Authority: what to do in Public History

Abstract: This text takes as a reference the shared authority in the process of writing public history, in which the memory and existential experience of man in his community and forms of communication between himself and the public are present. Our objective is to demonstrate that man is a public being who lives and communicates with a specific public, in public or private spaces. To this end, we analyze public historians who reflected on public history in its development as a unique type of making history, which places the public at the center of the modus operandi of being, the forms of authority and modes of dissemination to the public. The result brings reflective elements on what to do in public history, whose presence of authority and sharing through writing, debates are present in public history increasingly popularized by digital means of dissemination.

Keywords: What to do, Public history, Shared authority.

Introdução

Este artigo propõe uma reflexão sobre o conceito de autoridade compartilhada, um dos pilares fundamentais da História Pública. O foco está na análise das formas e dos objetos que compõem o quefazer desse campo, destacando a construção de uma narrativa histórica em diálogo constante com os públicos. Nessa perspectiva, os sujeitos envolvidos não são apenas receptores, mas protagonistas ativos e portadores de historicidade em suas próprias comunidades. A prática da História Pública, portanto, se caracteriza por ser inclusiva, colaborativa e comprometida com a democratização do conhecimento histórico, ultrapassando os limites acadêmicos e promovendo sua difusão em espaços sociais mais amplos.

Objetivamos com isto evidenciar e teorizar aspectos do quefazer em história pública, cuja base de reflexão é o conceito de autoridade compartilhada e as autoridades derivadas neste processo, tais como autoridade epistêmica, autoridade compartilhada e autoridade coletiva, propostas pela historiadora Alejandra Rodrigues, da Universidade de Quilmes, Argentina. Nelas, estão presentes os sujeitos que fazem e escrevem a história e seus processos de difusão, cuja base narrativa traz um sentido de construção coletiva, onde os sujeitos se encontram com sua história de vida, se reconhecem e a fazem pública.

Afinal, a história não é uma carroça quebrada em uma esquina qualquer ou abandonada em uma estação inglória, conforme cantaram Chico Buarque e Milton Nascimento (1978). Evidencia-se assim que a história “é um carro alegre / Cheio de um povo contente / Que atropela indiferente / Todo aquele que a negue.” Ela é o pulsar das utopias, da inquietude dos homens em seu devir histórico, cuja luta pela vida os dotou de consciência de si e do mundo pelo eles criado. Neste mundo, o age e ao agir faz sua história datando-a, criando instituições e modos de produzir a existência da vida, cuja matriz existencial é o trabalho, deixando registros do seu passado, tanto material como imaterial, sob os quais sua história, ao longo do tempo historicizado, fica registrada com letras indeléveis de sangue, de realizações técnicas que faz os contemporâneos maravilharem-se com as conquistas feitas sobre o mundo natural. Com efeito, Lima (1997, p. 18) asseverou que “viver e desenvolver-se implica em transformações contínuas que se realizam através da interação dos indivíduos entre si e entre os

indivíduos e o meio no qual se inserem” e traz o pulsar de sua história. Nela, a razão pública do historiador é singular para o processo de difusão dos fatos investigados pela pesquisa, transformada em história para um público consumidor. Nesta perspectiva, Santhiago (2014, p. 3) traz a premissa sob a qual “o praticante de história pública conduz sua pesquisa levando em conta as normas e os critérios específicos da ‘história’, mas também as especificidades do ‘público’” e aponta para a dificuldade que reside “em separar essas duas etapas porque [...] uma pressupõe o potencial e os limites da outra” e reafirma a importância em frisar que “a presença desse ‘público’ impõe a necessidade de um instrumental transdisciplinar [...] e de um instrumental técnico”.

Para nosso fim, as reflexões partiram das análises feitas sobre o constitutivo de história pública alicerçada na teoria e na investigação feita sobre o quefazer e a materialidade da história pelo sujeito que o torna público do seu feito. Neste aspecto, a máxima *para quem, para quê, como e com quem?* se manifesta no quefazer em história pública. Historiadores como Ana Maria Mauad, Alejandra Rodrigues, Juniele Rabêlo de Almeida, Jurandir Malerba, Bruno Flávio Lontra Fagundes, Ricardo Santhiago, entre outros, têm desenvolvido estudos relevantes que fortalecem a consolidação da História Pública no meio acadêmico. Atuando como intelectuais públicos, esses pesquisadores contribuem tanto com a produção de textos fundamentais para o campo quanto com a organização de simpósios e eventos — presenciais ou virtuais — que reúnem historiadores e diferentes públicos em torno da difusão do conhecimento histórico.

No quefazer, a história pública se desenvolve e se afirma como um elo de pesquisa e de divulgação alicerçada em suas múltiplas formas, tendo nas mídias digitais uma base social para se chegar ao grande público. A base produtiva de história pública contempla profissionais de diversas áreas do conhecimento, cada qual com demandas específicas e formas diferentes de atuação, que “[...] nem sempre se afirma, nem deveriam se afinar, ao crivo acadêmico. Fazer a mediação entre essas instâncias é um desafio” (Santhiago, 2014, p. 3) que o historiador profissional tem que enfrentar.

Para tanto, o texto será dividido em duas sessões para expor as reflexões e análises realizadas sobre o campo da história pública. Na primeira, *quefazer: a história na história pública*, o ponto chave é a reflexão sobre a presença da história no campo da história pública, na qual traz o homem como sujeito e objeto de investigação no

quefazer em história pública, além de alguns elementos constitutivos e reflexões sobre as formas de autoridade. Na sessão dois, *A história feita pelo público: a autoridade compartilhada no quefazer da história pública*, as reflexões partem da história pública e seu conceito chave: autoridade compartilhada.

Tem-se com este estudo a premissa sobre a qual a história pública está no quefazer das ações organizadas para se criar uma narrativa histórica de determinado projeto, ouvindo os outros como fontes e protagonistas da história, cuja base reside no princípio da autoridade compartilhada. Neste aspecto, espera-se do público uma imersão na leitura e a compreensão de que a história pública está presente no dia a dia da vida comunitária, no movimento do cotidiano, nas visitas aos museus, nas conversas diárias no ir e vir ao trabalho, nas formas de comunicação e difusão. Sua natureza é movimento e se faz com os outros.

Que fazer: a História na História Pública

A teoria é o plano da ciência da história em que essa visão é adquirida. A teoria cuida para que o conjunto da floresta da ciência especializada, como constituição estrutural do pensamento histórico, não seja perdido de vista, nos múltiplos processos do conhecimento histórico, em benefício das árvores dos processos particulares de conhecimento (Rusen, 2001, p 27).

Homens e mulheres fazem história, mas não a fazem como querem. A história é sempre condicionada pelo ambiente em que vivem e que venham a conquistar como espaço de existência, que é portadora de uma cultura² advinda com o modo de produção da existência na qual o homem faz história. Nela, a existência humana se torna história, pois o homem é o único ser que faz história e, ao fazê-la, modifica a natureza e a si mesmo no devir de sua existência. Ele o faz por meio da razão e da capacidade de comunicação que desenvolveu em sua luta pela vida. Neste aspecto, a comunicação é

2 “[...] A consciência forja então para si o conceito de cultura, e começa a se ver como origem de um segmento inédito do processo universal, que será o processo cultural. Os produtos que engendra, sejam ideias puras, proposições, teorias explicativas, elaborações da imaginação criadora artística, sejam objetos de fabricação material, resultantes do domínio, pela técnica, das forças naturais, inscrevem-se a partir de então não mais na cadeia de uma sucessão evolutiva inerte e depois orgânica, mas na de um processo cultural e por conseguinte histórico” (Vieira Pinto, 1969, p. 525).

um fato irretocável de se fazer história pública, cujo alicerce se faz presente na história dos homens. Neste processo, há uma amplitude e complexidade extrema de origem, sob a “qual o homem realiza sua suprema possibilidade existencial, aquela, que dá conteúdo à sua essência de animal que conquistou a racionalidade: a possibilidade de dominar a natureza, transformá-la, adaptá-la às suas necessidades” e, “este processo, chama-se ‘conhecimento’” (Vieira Pinto, 1969, p. 13). Nele, contém os fatos sociais produzidos no devir da existência, os quais são históricos-culturais e coetâneos aos homens que os historiciza, tornando-os processos de educação social.

A história não é uma carroça quebrada e abandonada em uma esquina qualquer. Ela traz o pulsar de gente que brilha, é alegria é um fazer-se contínuo, pois a inquietude que o homem traz em sua luta pela vida a modela, é cheia de lutas de classes, de interesses, de conquistas materiais, é portadora histórico-cultural dos fatos que a fazem ser história. Portanto, uma relação coetânea à existência do homem que, pari passo, ao produzir determinada técnica³, produz também uma determinada cultura, pois supera uma contradição existencial do homem em relação à natureza.

A respeito do homem, Einstein (1949, s/p – et. seq.) escreveu que “o homem adquire à nascença, através da hereditariedade, uma constituição biológica que devemos considerar fixa ou inalterável, incluindo os desejos naturais que são característicos da espécie humana”. No devir de sua existência, ele “[...] adquire uma constituição cultural que adota da sociedade através da comunicação e através de muitos outros tipos de influências. É esta constituição cultural que, com a passagem do tempo, está sujeita à mudança e que determina, em larga medida, a relação entre o indivíduo e a sociedade”. Portanto, o “indivíduo se constitui enquanto membro do grupo através da construção de sua identidade cultural, que possibilita sua permanência no grupo, e constrói, simultaneamente, sua personalidade, que o caracterizará como indivíduo único no grupo” (Lima, 1997, p. 18).

Dessa forma, o homem — individual e ser social —, em sua relação com a natureza se torna um ente público e é protagonista de sua história. Mas a história é sempre um ato coletivo, cuja matriz, o homem, é um sujeito social e sua existência só é possível em uma determinada formação social, na qual cria laços de pertencimento,

3 Ato criativo do homem na produção de sua existência.

formas de educação, instituições, relações de trabalho e uma forma cultural de existência, sempre coetânea à sua vida. No processo de criação da cultura há uma unidade, a história pública, o elo organizativo da vida comunitária e a presença das marcas do homem em seus monumentos criados pelo mundo humano, registros de povos que já não existem mais, coisas que a arqueologia reconstrói e as torna história pública. Também há os patrimônios da natureza e a luta do homem pela preservação, também tornados história pública, nos quais os públicos os contemplam e se maravilham com suas belezas, produtos da natureza e da preservação humana no seu devir e quefazer históricos. Com efeito, Vieira Pinto (2005, p. 305.306) diz-nos:

[...] o historiador não deixa de ser primeiramente um indivíduo social definido, antes de exercer sua particular atividade cultural. Não está isento dos condicionamentos que incidem sobre todos os membros da comunidade, e, até mais do que os outros, sofre as influências nocivas das pressões indesejáveis, porquanto, sua mesma profissão o torna foco predileto de concentração de interesses ideológicos, que atuam no sentido de moldar os julgamentos que, de ofício, lhe compete proferir. Se não estiver devidamente preparado pela posse da consciência crítica, será vítima frágil das ingenuidades culturais, de que se converte ao mesmo tempo em agente propagador e responsável. Se não for capaz de relativizar os objetos que profissionalmente manipula, os fatos, documentos e julgamentos anteriores de congêneres, referentes ao passado remoto ou à própria época em que vive, será levado a emitir enunciados falsos ou, com maior frequência, ingênuos, sem se livrar seguramente do mais pernicioso de todos os preconceitos, a visão metropolitana e hemerocêntrica da história [...].

Sob este aspecto, a história pública é um campo de trabalho que se abre às reflexões e possibilidades de diálogos, pois sua natureza é a presença do público em suas múltiplas ações, quer sejam em ambientes criados pelo homem para a preservação da memória, quer sejam em ambientes naturais, nos quais há a presença de público para preservar a história para a visitação, ligando-a aos interesses sociais de preservação ambiental. Em ambos, objetiva-se o maravilhar-se, pois isto conecta o homem com seu passado e presente e o projeto para um quefazer futuro, do qual o presente é parte constitutiva. Não é por acaso que França et. al. escreveram o livro *História Pública e a arte de mediar o passado: um caminho, muitas vias*, no qual fazem uma pergunta: “como a História Pública pode impactar na nossa leitura de mundo mobilizando

passado, presente e futuro, na (re)elaboração de apagamentos, esquecimentos e silenciamentos — políticos, econômicos, religiosos e socioculturais?”.

Nesta perspectiva, Vieira Pinto (2005, p. 361) diz-nos que “[...] o homem sabe que, na vida real, seu pensamento não transita através de uma rede de bifurcações irreduzíveis, mas, ao contrário, as situações de perplexidade, dúvidas, incertezas, paralisação, probabilidade são imensamente mais frequentes que as de nítida e totalmente consciente alternativa”. Eis o fato. A história pública não é uma receita pronta no processo de historicizar os arquivos públicos de bens materiais e imateriais produzidos pela sociedade ou a memória dos eventos ocorridos sobre o passado. Ela é um caminho, uma via, uma porta que se abre para a realização do quefazer, no qual o público se manifesta por meio de sua arte, história de vida, educação popular, nas crenças, nas lutas de classes, organizações e movimentos sociais no seu fazer-se história pública. Neste quefazer, “[...] o homem produz a cultura por uma necessidade existencial, para se apropriar dela, pois é por meio dela que se chega a postular as finalidades da sua ação [...]” (Vieira Pinto, 1969, p. 126). Ou seja, na produção da cultura o homem acumula experiências de vida na qual produz valores que os identificam-se entre si no mundo do trabalho, de organização da vida política, cuja natureza e movimento se entrecruzam e formam uma unidade, um coletivo e passam a compartilhar suas experiências, pois se sentem corrente no elo histórico-cultural de sua existência. Trazem, portanto, a experiência como autoridade de quem participou de forma individual no coletivo que se objetiva em história pública, que pode ser feita por meio de registros fotográficos de uma ocupação do latifúndio pelos sem-terras, na história oral, com catadores de reciclados ou com meninos e meninas moradores de rua, dentre uma infinidade de públicos que vivem a realidade social de sua existência, acumula experiências de vida e as partilham com outros e, neste processo, a materialidade dará objetividade à história, cada qual com seus argumentos neste vale de lágrimas.

No campo da história pública há um rico debate constitutivo sobre o objeto história pública, cuja natureza remonta à década de 1970, tendo como eixo os Estados Unidos da América na solução da empregabilidade de historiadores nos círculos externos à universidade, na qual as grandes corporações privadas e/ou estatais buscam

profissionais de história para organizarem os arquivos e escreverem a história de suas instituições. Portanto, a história pública nasceu de uma demanda por empregabilidade, e sua difusão para a Europa e América Latina ganhou novos contornos, cuja natureza traz um quefazer com o público, no qual Santhiago (2016, p. 26) reforça o movimento estabelecido no novo pela história pública, que é o *campo*, onde afirma a existência de um espaço de debates, com “[...] uma estrutura mínima que permita a existência desse debate, através de produções concretas como eventos, publicações, listas de contatos; isso além de um esforço de divulgação e discussão, insistente e talvez errante”. Dessa forma, valoriza os espaços constituídos e necessários à divulgação da escrita histórica em seu processo de compartilhamento aberto à participação do público, cuja interação se faz em vias de idas e vindas. Esse “juntar gente” no espírito da história pública significa “fazer bagunça na cozinha”, como escreveu Frisch (2016). Ou seja, traz o processo de diálogo na cozinha, onde o público presente — de maneira física ou virtual — se expressa e se movimenta na cozinha, fortalecendo elos intrapúblicos.

No quefazerem história pública, Santhiago (2016) traz para a área quatro *modus operandi* que julga ser fundamentais, que são passíveis de entrecruzamento, a saber:

[...] *a história feita para o Público* (que prioriza a ampliação de audiências); *a história feita com o público* (uma história colaborativa, na qual a ideia de ‘autoridade compartilhada’ é central); *a história feita pelo público* (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e *história e público* (que abarcaria a reflexividade e a autorreflexividade do campo) [...]. (Santhiago, 2016, p. 28-*itálico* nosso).

Na construção da história pública, os pilares trazidos para a escrita da história por Santhiago revestem-se de importância, pois os atos da história incorporam o público no *fazer*, no *com*, e *pelo*, e é constituída dele próprio, o *público*. Qual a singularidade desse público? Ele é a matriz da história, portanto, portador da experiência na luta diária pela vida, que é permeada de contradições sociais, de conflitos pessoais e de classe, de matriz política e religiosa, muitas vezes com consciência ingênua ou crítica. É sobre este pilar que Santhiago fundamenta a escrita da história pública, tendo o público como essência do processo.

Não obstante, Ricardo Santhiago (2014), em uma entrevista cedida ao Blog de História, Ciências, Saúde (Manguinhos), o qual traz o público como protagonista da

história, trouxe à memória uma entrevista realizada com David Dunaway, que asseverou: “a história pública é a institucionalização de um espírito que muitos historiadores têm tido, por milhares de anos”. Traz, portanto, a inquietude do homem frente as contradições impostas pela natureza na qual ele é obrigado a agir para manter-se homem na sua caminhada pela existência humana-social, criando técnicas, realizando-se, portanto, como homem, como ser público, no qual emerge a história pública.

Sob este aspecto, Almeida e Rovai (2011, p. 7) asseveram que “a história pública é uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões” e, sendo construída “num esforço colaborativo, ela pode valorizar o passado para além da academia; pode democratizar a história sem perder a seriedade ou o poder de análise”. Neste aspecto, a história pública não menospreza a investigação do objeto e reafirma o trato das reflexões analíticas sobre o objeto investigado.

Neste quefazer, Rodriguez (2024), na Conferência de abertura do I Congresso Internacional de História Pública e Intelectual Público, realizado pelo PPGHP, da UNESPAR, com apoio da Universidade Nacional de Quilmes, da Argentina, trouxe alguns aspectos para reflexões e apontou três focos de possibilidades de intervenção sobre a história e das práticas públicas da história sob as premissas de autoridades, a saber:

1. Foca no compartilhamento e na difusão do conhecimento especializado para o restante da sociedade. **Autoridade epistêmica forte.**
2. Centra-se no conhecimento novo que pode ser gerado a partir de uma relação dialógica com ‘outros’. **Autoridade compartilhada.**
3. O foco está na comunidade. Participa de um projeto ou construção coletiva — territorial ou digital — assim como em ‘experiências’ com a história. **Autoridade coletiva.** (Rodriguez, Conferência de abertura no ICIHPIP, 2024).

Com efeito, Rodrigues, com base nos três focos de autoridade, traz a singularidade da história aplicada na perspectiva de torná-la pública e dar visibilidade aos que a fazem. Na autoridade epistêmica forte está o historiador público, que usa a caneta no processo de exposição da pesquisa, cujo resultado o público consumidor pode

acessar e, com isso, conhecer sobre o tema, objeto da investigação, e os pressupostos teóricos contidos na obra. Este foco sinaliza a importância do historiador público para a história pública, cuja natureza da escrita exige uma forte base de especialização.

Em relação à Autoridade Compartilhada, Rodrigues ressalta a importância da experiência de vida dos públicos participantes, cuja dinâmica estabelecida na construção da história pública cria um diálogo onde os sujeitos se encontram para uma narrativa histórica, cada qual com sua singularidade e experiência de vida para construir, de forma compartilhada, a história de uma comunidade, quaisquer que sejam suas formas. Lógico que, nesta construção, busca-se a história da história em sua historicidade concreta, sem ilusões metafísicas ou incoerências históricas. Nela, o passado revivido torna-se história pública. Corrobora, portanto, a crítica que Malerba (2015, p. 42) faz de que “a escrita da história não é e nem pode ser prerrogativa, propriedade de quem quer que seja, mas há de se manter a crítica permanente do que se veicula como historiografia”, portanto, a máxima de que *‘quem contrata a banda escolhe as músicas’* não cabe na autoridade compartilhada. E, por fim, Rodriguez traz o foco da autoridade coletiva. Neste processo, o historiador público se torna articulador de um processo junto à comunidade na construção da história por meio de um projeto que visa tornar pública a história e as experiências de vida da coletividade inserida, pois os aspectos da vida social do homem não podem ser separados de outros aspectos que compõem o seu existir e, nele, está a relação estabelecida no modo de produzir a vida com suas contradições, seu cotidiano político, religiosos, cultural etc. Portanto, não podem ser separados de suas ideias, de sua forma de compreender o mundo em que vive. Com efeito, Thompson (2009, p. 234) afirma as premissas da experiência na vida comunitária. Nela, “[...] as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideia, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou como instinto proletário, etc”, pois elas “experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades” ou por meio de “formas mais elaboradas, na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura, e é uma metade completa, pode ser descrita como consciência afetiva e moral”.

Neste aspecto, Rodriguez reporta a singularidade do historiador público, mas

não como protagonista na recuperação das memórias sobre as experiências de vida dos membros da comunidade investigada. Ela afirma a premissa de um ente colaborador, articulador e participante do processo coletivo do quefazer da história pública feita pelo público, que passam a ser, de forma simultânea, sujeito e objeto de historicidade. Neste processo, a autoridade compartilhada é um ato somatório na construção da história comunitária que busca na memória individual dos públicos a identidade e o elo histórico na vida em comum para a construção da história que se quer pública, sem perder a essência dos fatos históricos.

Sob estas premissas, Rodriguez (2024) sintetizou as três formas de autoridade:

Primeira forma: Autoridade forte: Formas clássicas e atuais de divulgação e comunicação científica.

Segunda forma: Autoridade compartilhada, foca no conhecimento novo gerado por meio de uma relação dialógica.

As propostas consideram os espaços, diretrizes e atividades que incentivam e ativam a produção de novas narrativas sobre o passado na comunidade.

Terceira forma: Autoridade coletiva, nesse tipo de ação, o profissional não tem um papel de protagonismo, mas de colaboração ou articulação em projetos de construção coletiva — territorial ou digital.

Nas premissas apresentadas por Rodriguez fica uma certeza: a história pública em seu quefazer comporta, sem dúvida, uma autoridade forte, cuja presença e espaço ocupado é um profissional; uma autoridade compartilhada, na qual o público, incluindo o profissional, são os construtores da história em uma relação dialogada, na qual os participantes são portadores de “autoridades” e, por fim, a autoridade coletiva, que, sem desacreditar o profissional, a escrita da história é feita por um coletivo, no qual o profissional se insere como articulador, organizador do projeto a ser feito pelo público, com o público e para o público, cuja centralidade é o coletivo organizado para a execução do projeto.

A história feita pelo público: a autoridade compartilhada no quefazer da história pública

Os historiadores não simplesmente divulgam o conhecimento para o público, mas devem trabalhar em

conjunto com as pessoas comuns. O passado seria reconhecido como o terreno social em constante mudança, e os historiadores e o público deveriam cooperar e trocar ideias de modo a que sua expertise pudesse satisfazer as necessidades, desejos e conhecimento cultural do outro (Foster, 2014, p.4; Frisch, 1990 apud Malerba, 2017, p. 144).

A história não é uma carroça quebrada em uma esquina qualquer. Ela traz o pulsar de gente que vive suas experiências de vida em uma determinada coletividade sob um determinado modo de produção e inseridos em lutas de classes e organização da forma trabalho, nas quais compartilham utopias, memórias, alegrias, sentimentos, possuem uma consciência afetiva e vivem uma moral que se objetiva na sua luta diária pela vida, dão consistência e se tornam história. Com efeito, Vieira Pinto (2005, p. 104) diz-nos que “[...] o homem está inserido no processo da vida e da sociedade, e daí extrai os elementos com que compõe os modos formais de pensar, expressivos das relações superficiais externas entre os objetos [...]”. Neste sentido, a vida cotidiana oferece aos homens o espelho da vida no qual ele se localiza, age, cria, se relaciona socialmente, enfim, produz sua existência e é o “público” de sua história. Portanto, vê o fenômeno de sua história, mas não sua essência, que só pode ser captado pelo método dialético de investigação sobre o fato existencial, tornado conhecimento. Não obstante, Vieira Pinto (2005, p. 73) asseverou que o homem se conhece pela sua experiência existencial, “[...] no ato de viver e na necessidade de resolver as contradições que se lhe antepõem em sua condição de agente produtivo obediente a fins propostos pela consciência de si” ele o faz “devendo cumpri-los em determinado regime de relações sociais de trabalho e de convivência com os semelhantes [...]” no qual faz a história de si e da sociedade de pertencimento. Dessa maneira, a história pública ou acadêmica partem do mesmo ato, que é o homem na sua lida diária com a vida e isto implica as relações sociais estabelecidas no modo de produzir a existência, nos espaços de sociabilidades públicos ou privados, na vida política, religiosa, educacional, sindical etc., envoltos por uma determinada moral e aspectos ideológicos presentes no cotidiano de suas vidas, sempre em movimento, que é própria da história, portanto, coetâneos à sua existência, nos quais fazem sua história pública, pois esta é feita com, pelo e para o público.

Neste devir, há uma autoridade compartilhada⁴ no que fazer em história pública, pois ela rompe com a ideia tradicional de que apenas historiadores profissionais têm o direito ou a capacidade de contar a história, e propõe uma abordagem mais participativa, inclusiva e democrática. Evidencia-se, assim, que autoridade compartilhada é um conceito chave, pois redefine a forma como o conhecimento histórico é produzido, interpretado, apresentado e difundido ao público. O termo foi popularizado pelo historiador Michael Frisch, que argumentou que a autoridade sobre a história pode (e deve) ser compartilhada entre especialistas e os próprios sujeitos da história — como comunidades, grupos sociais, povos indígenas, trabalhadores, etc. Neste caso, as comunidades que vivenciam os projetos participam diretamente da produção histórica, mas não a fazem como sujeitos observados, não somente como fonte histórica, mas são coautoras, nas quais suas narrativas passam a ser valorizadas e ganham visibilidade no que fazer da história pública. Portanto, o processo histórico se torna colaborativo, dialógico e inclusivo, pois os projetos desenvolvidos agem com base na escuta e no respeito aos sujeitos participativos, que são portadores da memória coletiva da comunidade.

No que fazer, Goulart (2023, p. 243), resenhando a obra *Que história pública queremos?*, traz a observação sobre a ausência de experiências contidas na obra e apontou para a necessidade de se buscar nos:

[...] testemunhos das experiências de profissionais de outras áreas e, inclusive, de não acadêmicos que trabalham em instituições culturais ou são pesquisadores free-lancer que enfrentam os desafios por uma outra perspectiva. Nesse aspecto, arriscam a perda indireta de sua propriedade intelectual e lidam também com revisionismos e silenciamentos de cunho político e ideológicos que despontam no espaço público atual.

Nesta perspectiva, Goulart traz o conteúdo do “silenciamento” ou do “apagamento” da história que incomoda setores da classe dominante que, muitas vezes, buscam reescrever a história sob seu ponto de vista e a escrevem pelo caráter

⁴O termo foi criado pelo historiador Michael Frisch nos anos 1990. Nele, argumenta-se que a autoridade sobre a narrativa histórica não pertence apenas ao historiador profissional, mas é compartilhada com os participantes, comunidades e públicos envolvidos nos projetos de história oral e pública. No contexto da história pública, o conceito de autoridade compartilhada (ou *shared authority*, em inglês) é fundamental e tem raízes nos debates sobre como o conhecimento histórico é produzido, interpretado e difundido fora das universidades.

ideologizante, no qual, por meio da farsa histórica, buscam legitimar-se pela “autoridade” do intelectual que a escreve.

No campo da autoridade, presente na história pública, ela é constituída por múltiplos aspectos, conforme apontou Rodriguez. O termo “autoridade”, presente em história pública, tem uma singularidade e é objeto de muitas reflexões, no qual ele precisa ser afirmado, pois sua natureza é a integração do público como participante ensaísta na escrita de sua história. Isto é, ele se insere como sujeito e historiador no processo do quefazer da história pública, razão pela qual se torna repulsa por parte de profissionais da história, afirmando uma máxima: história é para historiadores. Ou seja, a história pública não pode ser definida, como observou Fagundes (2017, p. 3021), “[...] com uma conotação negativa que rejeita a suposta apresentação pública de passados metodologicamente não-embasados contaria também com um componente de autoridade que subtrairia dos historiadores profissionais o monopólio de dizerem o passado”. Ela não é uma carroça quebrada na esquina à espera de tornar-se pública. Ela é o pulsar do público que ganha historicidade com o público, da qual ela emerge, ganha visibilidade em várias formas de comunicação, quer sejam direta ou indireta. Ela é a manifestação de autoridade compartilhada, na qual até mesmo o historiador público a visita em suas investigações para dar forma ao produto projetado pelo saber científico. Portanto, a autoridade do historiador público não é suprimida em seu quefazer histórico. Ela é uma junção de interesses constitutivos, nos quais o produto história ganha materialidade para seus públicos, quem sejam especialistas ou pessoas comuns que sentem o pulsar da história em suas veias, pois sabem que são protagonistas de sua história, a sentem no seu cotidiano, que é rico em manifestações políticas, conflitos econômicos e sociais, de experiências coletivas e atos individuais, sentem, portanto, como seres políticos, que vivem os dilemas da pólis e do viver em coletividade.

Sob este aspecto, Fagundes (2017) traz uma discussão presente sobre o termo “autoridade” no campo da história pública, podendo ser pertinente ou não. Com efeito, Fagundes (2017, p. 3022) argumenta que a

‘autoridade’ está encarnado no debate sobre História Pública e sua importância advém de certa recusa da parte de historiadores em aceitar que a autoridade que uma formação científica concede não possa com alguma igualdade de condições discutir com outros que não tenham a

formação que não conta com a sanção científica. Egresso da História Oral, Frisch elabora o conceito de ‘sharedauthorithy’ (autoridade compartilhada) pensando nesta possibilidade de diálogo entre quem sabe história a seu modo – sejam historiadores formados ou qualquer cidadão.

Partindo da premissa da autoridade compartilhada, toda história é compartilhada, pois é constituída pelo fazer humano, cuja natureza é traduzida sob vestígios do passado com ecos no presente e no cotidiano das vidas vividas pelos homens em seu lugar de pertencimento. O fazer história produz uma determinada autoridade. Nela, seus signos, suas linguagens, suas representações históricas, suas experiências com outros, sua cultura e os meios de difusão desse feito se tornam ato de ensino em qualquer formação humana. Neste aspecto, ao transmitir um conhecimento sobre algo para alguém na forma oral ou por meio da escrita, a uma autoridade constituída que usa da razão pública como forma de comunicação com os meios que tem a seu dispor, desde o porvir do homem até nossa era, mostra que os homens sempre comunicaram seus feitos e as informações necessárias para a vida coletiva.

Neste aspecto, a autoridade compartilhada é um juntar gente, cada qual com sua experiência e formas de saber constituído, o que pode ser conhecimento acadêmico — formal ou dialético — ou os saberes populares, produzidos no cotidiano das experiências vividas pelo homem comum. Esta reunião para um diálogo proposto por uma determinada comunidade, quer seja no espaço físico ou virtual, produz em efeito positivo no sentido da comunicação intrapúblico, desde que o “compartilhar” seja efetivo e verificado como fonte de pesquisa. Caso contrário, o “compartilhar” pode trazer uma ideia falsa do processo em debate, pois no “compartilhar”, muitas vezes, o público pode compartilhar aquilo que lhe interessa e o que lhe interessa, em certos casos, pode vir carregado de viés ideológico, como, por exemplo: “o agro é top, é pop, é tech”.

Sob este aspecto, Frisch (2023), em entrevista cedida a Ricardo Santhiago e Juniele Rabêlo de Almeida, traz elementos significativos para se compreender o caráter de autoridade compartilhada, demonstrando que o *modus operandi* pode conter “ausência de historicidade” motivado por interesses de editores que não querem trazer à tona os conflitos apontados pela pesquisa, na qual o público investigado pela história

oral traz reflexões e análise crítica sobre seu cotidiano ou por diálogos cheios de ideologia e preconceitos que comprometem o terreno da história. Ato contínuo, Frisch (2023, p. 8) argumenta: “os intelectuais ainda têm um papel. É realmente importante continuar a fazer pesquisa historiográfica efetiva. Mas pode haver esse diálogo com pessoas que trazem para a discussão um nível diferente de experiência”. Neste aspecto, Frisch não nega a autoridade do intelectual público, bem como não nega um diálogo possível com o público, que é sujeito e objeto da pesquisa, com experiência de vida na luta pela existência, o qual se torna também uma autoridade neste quefazer histórico. Neste aspecto, o pesquisador vai a campo com uma ideia sobre o objeto presente no público e se encontra com quem faz história e compartilha seu feito com o pesquisador na forma de autoridade, posto que é ele, não o pesquisador, o sujeito da história. Portanto, no diálogo estabelecido, há uma autoridade no quefazer da história pública, que age de forma compartilhada, pois esta consagra um *modus operandi* de se fazer com o público, para o público e pelo público. Com efeito, sob este aspecto, Frisch (2016, p. 62) define “autoridade compartilhada” sob a premissa na qual aponta o preceito de que “[...] na natureza da história oral e da história pública nós não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores historiadores. Em vez disso, o processo de interpretação e de construção de significados é, por definição, compartilhado”.

Ao refletir sobre o fazer histórico e seus modos de difusão, Malerba (2017, p. 142) observa que “a história não mais se produz somente na academia, muito menos se veicula apenas por meio do livro impresso. As plataformas digitais subverteram as bases da produção e circulação das narrativas sobre o passado [...]”. Essa afirmação reforça os princípios da História Pública, que incorpora novos agentes produtores de narrativas históricas e amplia os meios de divulgação, com foco em alcançar audiências diversas — muitas vezes com potencial de monetização do conteúdo histórico voltado ao grande público.

Nesse cenário, independentemente da intenção do historiador profissional, a História Pública tem se consolidado no Brasil, impulsionada pelas tecnologias digitais. Esses meios, por sua natureza acessível e imediata, nem sempre exigem uma reflexão historiográfica aprofundada: em muitos casos, bastam imagens ou registros visuais,

como fotografias de uma cidade, para que se construa uma narrativa histórica, transformando a imagem em fonte e veículo de memória.

Para compreender esse fenômeno de difusão e apropriação da história, é necessário retomar Vieira Pinto (1960, p. 11), que afirma: “cabe-lhe [ao historiador] investigar o processo de formação dessa consciência coletiva, explicar por que motivo se constituem diversas modalidades de representação da realidade, e sobretudo descrevê-las cuidadosamente para defini-las sem equívocos”. Assim, entender as formas sociais que geram demandas por história é essencial. No quefazer da História Pública, mesmo diante da popularização e da diversidade de vozes, permanece o compromisso ético do historiador com a ciência e com a escrita responsável da história.

Considerações finais

Fazer história e escrever sobre história são coisas distintas entre si. No fazer está o ato concreto do único ser que faz história, que é o homem. E ele faz a história sempre em condições dadas e encontradas no espaço físico de sua existência, condicionado ao modo de produzir a vida, que traz a cultura de sua vivência. Escrever sobre a história traz o condicionamento do historiador, cuja forma de escrita expressa uma concepção de homem e de sociedade. Neste caso, a escrita da história é um balaio de metodologias no seu quefazer.

Ao escrever sobre a história, está presente uma dada concepção de homem e de sociedade e traz o campo teórico e a historiografia de filiação sobre a escrita, muitas vezes, idealizando um *modus operandi* de escrever a história, no qual o tempo vivido e as experiências de vida são revelados sob o viés ideológico de quem escreve. Desta maneira, o historiador tornado público faz a difusão do seu pensamento, portanto, comunica ao público sua forma de pensar os fatos sob os quais produziu uma narrativa histórica, podendo conter uma anti-história.

Fazer história e ensinar história em certas comunidades se aproximam, pois este compartilha o que julga necessário ser compartilhado com o público que lhe dá audiência. Não é por acaso que existe o *Index Librorum Prohibitorum* e o silenciamento de intelectuais como Galileu Galilei, no século XVII, e o singular caso no Brasil de

Álvaro Vieira Pinto, que nos idos de 1968 foi proibido de se comunicar com o público pela ditadura militar em vigor, ou algumas obras literárias que políticos bolsonaristas estão excluindo das bibliotecas públicas e/ou escolares.

O homem é um ser que vive em um mundo real, de contradições, com as condições reais de sua existência, em um mundo que coloca à sua disposição as técnicas e as tecnologias desenvolvidas para sua vivência histórico-cultural. Nesse mundo, ele se adapta para viver e, nesse adaptar, ele traz a memória de sua existência e compartilha com outros sob diversas formas, até em uma mesa de boteco tomando cachaça, ele tem público e vivência de sua autoridade de historiador público, mas sem os compromissos com a ciência histórica. Ali, ele se expressa.

No tempo existencial do homem, ele vivencia e experimenta o que é produto do seu tempo, que é histórico e cultural. Desde a aurora do homem, ele se comunica, registra suas memórias e as comunica aos outros do seu grupo social por diversas formas, quer sejam por meio de desenhos que encontramos em cavernas, em rodas de conversas com anciões tribais ou até a mais moderna forma de comunicação de hoje, que é a internet. Mas esses mecanismos de comunicação podem conter uma história revelada pela consciência ingênua, pelo modo formal de captar o mundo, com as categorias que o indivíduo tem sobre o mundo e as memórias que traz do decorrer de sua existência. Portanto, não há um cuidado com a forma de expressão, e trazem o preconceito e o anacronismo em suas “crônicas” históricas começando assim: “no meu tempo era assim...”.

Destarte, a história pública não é uma carroça quebrada em uma esquina qualquer. No seu quefazer, a autoridade compartilhada deve observar sua relação com a comunidade da qual constitui sua memória, experiência existencial e a forma de integração social como sujeito e objeto da história pública e privada de sua existência.

Referências

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Introdução à história pública*. Letra e Voz, 2011.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”*. XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.

BUARQUE, Chico. *Canción Por La Unidad de Latino America*. Música de Pablo Milanes e Chico Buarque de Hollanda, 1978.

EINSTEIN, Albert. *Por que socialismo?* Maio de 1949. **Traduzido por Ralf Rickli**. In. <https://www.marxists.org/portugues/einstein/1949/05/socialismo.htm>. Acesso: 15/05/2014.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. História pública brasileira e internacional: seu desenvolvimento no tempo, possíveis consensos e dissensos. *Revista NUPEM*. v. 11, n. 23. Campo Mourão, 2019.

FRANÇA, Cyntia Simioni et. al. *O livro História Pública e a arte de mediar o passado: um caminho, muitas vias*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In. *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. (Orgs.) Ricardo Santhiago, Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida. São Paulo: Letras e Voz, 2016.

GOULART, Rafaela Sales. Questões e caminhos para uma história pública no Brasil. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 338-345, maio/ago. 2020. Resenha da obra de: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). *Que história pública queremos? / What public history do we want?*. São Paulo: Letra e Voz, 2018. 358p

LIMA, Elvira Cristina de Souza. Algumas questões sobre o desenvolvimento do ser humano e a aquisição de conhecimentos na escola. In. *Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná*. Curitiba: SEED, 1990.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 7, n. 15, p. 27–50, 2014. DOI: 10.15848/hh.v0i15.692. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/692>.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, nº 74, 2017. <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n74-06>

O público como protagonista da história. *Blog de História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. [viewed 17 August 2014]. Available from: <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/o-publico-como-protagonista-da-historia/>

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Editora Universidade de Brasília. 2001.

RODRIGUEZ, Alejandra Fabiana. O papel dos intelectuais. Reflexões sobre nossas práticas. In. Conferência de abertura no *I Congresso Internacional de História Pública e Intelectual Público*, Campo Mourão, 26 de novembro de 2024. In. <https://www.youtube.com/watch?v=IQn4iDAj6sw>

SANTHIAGO, Rodrigo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In. *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*.

(Orgs.) Ricardo Santhiago, Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida. São Paulo: Letras e Voz, 2016.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

VIEIRA PINTO, Álvaro. *O conceito de tecnologia*. V. 2, Rio de Janeiro: Contratempo, 2005.

VIEIRA PINTO, Álvaro. *Ciência e existência*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1969.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 09/03/2025
Aprovado em: 11/08/2025